



ATA DA DÉCIMA SÉTIMA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SABROSA, REALIZADA NO DIA VINTE E CINCO DE JUNHO DE DOIS MIL E VINTE E CINCO.

----- Aos vinte e cinco dias do mês de junho do ano dois mil e vinte e cinco, nesta Vila de Sabrosa e no Auditório Municipal, teve lugar pelas dezoito horas, a décima sétima Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Sabrosa, presidida pela sua Presidente, Helena Maria Campos Ervedosa de Lacerda Pavão, coadjuvada pelo Primeiro Secretário da Mesa, José Carlos Correia Gonçalves e pelo Segundo Secretário da Mesa, Gilberto Marinho Monteiro Taveira. Aberta a sessão, a Presidente da Assembleia Municipal, após cumprimentar todos os presentes, efetuou a chamada, verificando a presença dos seguintes Membros: -----

- José Luís Pereira Mota; -----
- Dina Lúcia Borges Pereira; -----
- Suzanne da Conceição Monteiro Peixoto; -----
- José Adelino Correia Gonçalves; -----
- Luís Carlos Taveira Baptista; -----
- Rui Paulo Gonçalves Alves; -----
- Manuel António Paulos Marques; -----
- Maria João Pinto de Matos Bessa; -----
- Luís António Ribeiro Almeida; -----
- Fernando Carvalho da Silva; -----
- José Manuel de Carvalho Marques; -----
- Helena Maria Campos Ervedosa de Lacerda Pavão; -----
- **Presidentes de Juntas de Freguesia:** -----
- Sérgio Wilson Fonseca Gonçalves; -----
- Victor Manuel Simões Teixeira; -----
- Eduardo Fernando Martins Silva Correia; -----
- Francisco António Pinto Alves; -----
- Gilberto Marinho Monteiro Taveira; -----
- Carlos Manuel Ferreira Rodrigues Madureira; -----
- João Manuel Barros da Veiga; -----
- Cilina Ledo Vilela; -----
- José Carlos Correia Gonçalves; -----
- António José Borges Garcia; -----
- Ana Cristina Fernandes Rente; -----
- António Manuel da Fonseca Venâncio. -----

Faltaram justificadamente os Deputados António Manuel dos Santos Morgado, João Manuel Alves Borges e Sérgio Manuel Pereira Freitas. -----

A Câmara Municipal esteve representada pela sua Presidente, Maria Helena Marques Pinto da Lapa, estando presentes o Vice-presidente, Martinho Barrias Gonçalves e os Vereadores António

Augusto Marques Ferreira de Araújo e Mário Augusto dos Santos Varela, tendo a Vereadora Maria Natália Sousa Pinheiro Amarante informado da sua impossibilidade de comparecer por motivos profissionais. -----

Às dezoito horas e dez minutos, constatada a existência de quórum, a Presidente da Assembleia Municipal declarou aberta a presente sessão ordinária. -----

----- **Ponto um: Período antes da ordem do dia:** -----

----- Um ponto um: Apresentação de moções, votos de louvor, recomendações, votos de pesar, entre outros: -----

A Presidente da Assembleia Municipal questionou os presentes se pretendiam intervir neste ponto da ordem de trabalhos, não tendo havido qualquer inscrição. -----

----- Um ponto dois: Intervenções dos Presidentes de Junta de Freguesia sobre assuntos específicos da sua freguesia: -----

A Presidente da Assembleia Municipal questionou os presentes se pretendiam intervir neste ponto da ordem de trabalhos, tendo o Presidente da Junta de Freguesia de Sabrosa, João Veiga, solicitado a sua inscrição. -----

Tomou a palavra o Presidente da Junta de Freguesia de Sabrosa, que após cumprimentar os presentes, fez a seguinte intervenção: *“Em primeiro lugar queria perguntar à senhora Presidente do Município, como estão a decorrer as obras de requalificação da escola EB 2,3 Miguel Torga e da ULS do Baçelo?”* -----

Na parte desportiva queria dar nota da realização do Torneio Magalhães Cup, um evento que vai na segunda edição e decorre durante este mês de junho e junta no Campo da Feira Velha, várias gerações de jogadores do concelho, para confraternizar e jogar futebol. Uma boa atividade a continuar. -----

Continuando no desporto, quero realçar o bom desempenho desportivo da equipa de futebol do UDCS, no campeonato da INATEL, tendo sido campeões distritais. -----

Quero também enaltecer o bom trabalho efetuado pelo CLDS 5 G, que à semelhança do anterior projeto, tem efetuado um excelente trabalho em prol da nossa população mais idosa e isolada, com a realização de diversas atividades pelas freguesias do nosso concelho. -----

Por último quero enaltecer o cartaz do projeto “Rir sem bilhete”, que tem trazido até Sabrosa, a nata da comédia em Portugal”. -----

Foi dada a palavra à Presidente da Câmara Municipal de Sabrosa, que após cumprimentar os presentes, deu nota de que as obras do Centro de Saúde de Sabrosa estão terminadas, faltando apenas pequenos pormenores, bem como a colocação dos painéis solares. Quanto às obras da Escola Básica e Secundária Miguel Torga, disse que estão a decorrer a um ritmo normal e adequado, tendo em conta a programação do PRR (Plano de Recuperação e Resiliência). -----

----- Um ponto três: Assuntos de interesse geral para o concelho: -----



A Presidente da Assembleia Municipal questionou os presentes se pretendiam intervir neste ponto da ordem de trabalhos, tendo os Deputados José Marques, Dina Pereira, Luís Baptista e Suzanne Peixoto solicitado a sua inscrição. -----

Tomou a palavra o Deputado José Marques, que após cumprimentar os presentes, expôs a sua preocupação relativamente às cíclicas crises que o Douro vem atravessando, nomeadamente no setor vitivinícola e que ano após ano se vão agravando. Afirmou que existem problemas importantes de governança e de responsabilidade, sobretudo do poder central, e que, mesmo com o ultrapassar da questão da legitimação da Casa do Douro e do Conselho Regional Agrário, ainda existem situações que persistem em não estar devidamente resolvidas, sendo que com o aproximar de mais uma vindima, adivinha-se uma das mais sérias crises das últimas décadas na região. -----

Assim, questionou como é que este assunto está a ser analisado pela Autarquia e de que forma está a ser equacionada a interação com os viticultores da região; se já existem algumas medidas/atitude mais concretas que o Município pretenda levar a efeito; de que maneira este assunto está sinalizado e/ou equacionado no contexto da CIMDouro e que iniciativas coletivas estes estão a ponderar para fazer a pressão adequada junto do Governo. Salientou a importância do normal funcionamento da Casa do Douro e da transferência do património para a mesma, bem como a aplicação da Lei para que o Conselho Regional Agrário e a Casa do Douro, para que possam funcionar e ser um elemento chave no apoio, na gestão e na governança, no contexto da vitivinicultura da nossa região. -----

Terminou afirmando que este é um assunto que respeita a todos e para o qual gostaria, pessoalmente, que o Município de Sabrosa estivesse na linha da frente e fortemente empenhado, sobretudo no apoio aos pequenos viticultores da nossa região. -----

Foi dada a palavra à Presidente da Câmara Municipal de Sabrosa, que referiu a importância desta questão, tendo em conta o momento que o Douro atravessa, nomeadamente para os pequenos viticultores. -----

Continuou informando que, precisamente no dia de hoje, esteve numa reunião da CIMDouro onde foi debatida essa questão e que amanhã às 09h00, a direção da CIMDouro terá uma reunião on-line com o Ministro da Agricultura. A Comunidade Intermunicipal não tem poder para legislar sobre o assunto, mas, cada Autarquia, pode apresentar medidas, dentro daquilo que é a sua realidade e a realidade do seu Município. Desta forma, e tendo este assunto como uma preocupação muito grande, até porque existem neste Município cerca de 1000 (mil) pequenos viticultores, e que, *“sem o cultivo das vinhas, sem o apoio à agricultura, para além de não termos produção de vinho, não temos paisagem, não temos Douro Vinhateiro”*, que é o que sustenta o Turismo, acabamos por ser penalizados em duas vias. Pensando em tudo isto, e sobretudo naquilo que será um ano extremamente difícil para os viticultores, anunciou a proposta a apresentar à próxima reunião do Executivo Municipal, que se realizará amanhã, para o início do

procedimento de abertura de Regulamento de Incentivo e Apoio aos Viticultores do Concelho de Sabrosa. -----

Disse ainda que, no âmbito da CIMDouro, Sabrosa é o único Município que está a tomar esta iniciativa, através da qual se irão propor medidas como a atribuição, por parte do Município de Sabrosa, de um apoio financeiro fixo por hectare, para compensar a aquisição de produtos destinados ao tratamento das vinhas e das videiras, nomeadamente, fungicidas, inseticidas, herbicidas e adubos, entre outros; a atribuição de um incentivo fixo financeiro direto por pipa aos pequenos viticultores do Concelho de Sabrosa que comprovadamente, no termo da vindima, não tenham conseguido escoar a sua produção e, ainda, a criação de um gabinete municipal de apoio ao agricultor. -----

Terminou reafirmando que a preocupação do Executivo Municipal com a crise no Douro e que, independentemente de qualquer ação que o Governo venha a tomar, não podem ficar "*de braços cruzados*", daí a importância deste Regulamento para apoiar os viticultores já nesta vindima. ----

A Presidente da Assembleia Municipal, felicitou a Presidente da Câmara Municipal, pela medida de apoio anunciada, agradecendo, em nome dos Municípios e em especial dos pequenos viticultores, por esta iniciativa. Pois que, mais do que o apoio financeiro que vai ser atribuído através deste Regulamento, é fundamental os viticultores perceberem que não estão sozinhos, que o seu Município pensa neles e lhes dá o valor e a importância que merecem. -----

Acrescentou que a Assembleia Municipal de Sabrosa, estará disponível, caso seja necessário, para efetuar uma reunião extraordinária para a aprovação final do dito Regulamento, para que o mesmo seja posto em vigor no mais curto espaço de tempo. -----

De novo no uso da palavra, o Deputado José Marques continuou a sua intervenção referindo-se ao evento que se irá realizar no Espaço Miguel Torga, de atribuição dos "*Prémios Cinco Estrelas Regiões 2025*", onde a Aldeia Vinhateira de Provesende e a Quinta do Crasto são os grandes galardoados com este prémio. Felicitou, na pessoa do seu Presidente da Junta, a Aldeia Vinhateira de Provesende e a sua população, assinalando a aposta estratégica que foram as "*Aldeias Vinhateiras*", e todo o trabalho de diferenciação e valorização do território alicerçado no seu património e identidade, que são aspetos determinantes para a afirmação da região, só possível pela ação conjunta do Município, da Junta de Freguesia e do envolvimento e apoio de toda a população. Assim a atribuição deste Galardão deve-se à ação dos Executivos Municipais e da Junta de Freguesia que estiveram envolvidos neste processo, mas sobretudo da população e dos investidores que compreenderam a importância estratégica deste projeto. -----

Continuou dizendo que a criação de dinâmicas geradoras de atratividade para o território e de afirmação no contexto nacional e internacional desse mesmo território, leva tempo, mas é importante continuar a criar estratégias complementares, onde Provesende funciona como uma âncora, mas que não fica isolada em todo este processo porque hoje, outras localidades se seguem nestas dinâmicas e que o crucial é criar rede com outras aldeias. Exemplo disso, é o que foi feito para que Celeirós fosse também contemplada como Aldeia Vinhateira, o que não

veio a acontecer, mas foram criadas dinâmicas para que a Aldeia se afirme, em termos territoriais. É, pois, importante trabalhar-se no sentido da diferenciação, e na diferenciação pela qualidade, pois vinho e paisagem existem em vários locais, mas é essencial “agarrarmo-nos” às identidades, pois que para além de nos diferenciar dos demais, também define as estratégias orientadoras de desenvolvimento e projeção no futuro, quer no contexto nacional e/ou internacional, quer seja através dos ícones como Magalhães, Torga, Loureiro dos Santos, o vinho, a vinha, a paisagem ou a cultura. Terminou a sua intervenção felicitando a organização do evento do Solstício de Verão. -----

De seguida, tomou a palavra a Deputada Dina Pereira, que após cumprimentar os presentes, agradeceu ao Executivo Municipal a medida apresentada de ajuda aos viticultores. Continuou apresentando a seguinte intervenção *“É com grande honra que me dirijo a esta Assembleia, para destacar o trabalho que tem vindo a ser desenvolvido no nosso Concelho na área do património cultural em estreita ligação com o Município de Sabrosa. Falar de património cultural é falar de identidade, de memória coletiva, mas também, e hoje, mais do que nunca, de desenvolvimento, de inovação, de economia e de turismo sustentável.* -----

Nos últimos anos Sabrosa tem dado passos firmes, consistentes no sentido de integrar o seu património no centro das estratégias locais. Esta aposta tem sido visível, não apenas na preservação do legado material e imaterial do Concelho, mas sobretudo na sua valorização ativa transformando o património num recurso vivo capaz de gerar oportunidades para a população e de atrair visitantes, conhecimento e investimento. O Município de Sabrosa tem tido um papel essencial neste caminho porque apoia sempre estas iniciativas. Neste momento estamos a fomentar parcerias com universidades, associações científicas, instituições culturais e organismos nacionais e internacionais. E mais importante ainda, tem sido feito um trabalho com uma visão estratégica clara de aproximar a comunidade ao seu património e transforma-lo em motor de desenvolvimento e fazer dele uma marca distintiva do território. Fruto desta visão têm sido as diversas iniciativas de grande relevância que merecem aqui ser enaltecidas, desde logo a realização do Curso de “Gestão Criativa do Património Cultural para o Desenvolvimento Rural” em parceria com a Universidade de Extremadura, que trouxe a Sabrosa uma reflexão aprofundada sobre a importância de olhar para o património como instrumento de regeneração económica e social, especialmente em territórios do interior. -----

Também um 3.º Encontro Internacional de História, Arqueologia, Património Cultural e Comunicação, que reuniu em Sabrosa investigadores de Portugal, Espanha e Grécia, a exemplo da capacidade do Concelho em acolher eventos de natureza científica e cultural com impacto alargado. Estes encontros para além de promoverem o intercâmbio de conhecimento, reforçam a imagem de Sabrosa como território aberto, dinâmico e inovador. -----

Destaco ainda o Festival do Solstício de Verão, um evento que junta ciência, cultura e comunidade, promovendo a participação ativa da população local. Esta iniciativa demonstra como o património pode servir de catalisador para a criação de laços sociais e para o



fortalecimento de sentimento de pertença ao mesmo tempo que atrai visitantes e dinamiza o tecido económico local. -----

No plano da investigação e da preservação local estão atualmente a decorrer as escavações arqueológicas na necrópole medieval das touças, com a participação de estudantes de várias universidades. Este tipo de projetos contribui para o seu valor científico e para o desenvolvimento de competências, para a divulgação do território e para a formação de redes de cooperação académica e institucional. -----

Todas estas iniciativas têm sido desenvolvidas com o apoio do Município que tem demonstrado um compromisso genuíno com a valorização do património, e este compromisso está também patente na integração de Sabrosa em projetos de grande escala como é o caso de “Pannonias Digital Old Lands”, recentemente aprovado pelo Turismo de Portugal. Este projeto representa um investimento superior a trezentos e cinquenta mil euros, com 75% de financiamento, que visa a valorização digital e sustentável do património histórico local, apostando na inovação tecnológica para reforçar a atratividade cultural e turística do território. Este tipo de investimento mostra que é possível conciliar tradição e modernidade, história e futuro e mostra sobretudo que quando existe visão, cooperação e trabalho em rede os territórios do interior, como Sabrosa, podem ser protagonistas de projetos inovadores e atrativos capazes de gerar impacto económico real e duradouro e com potencial para novos projetos. -----

Importa ainda referir que a valorização do património deve ser um investimento na educação. É fundamental reforçar o envolvimento das escolas e dos jovens nestas dinâmicas para que conheçam e compreendam o valor do seu território. O futuro da preservação patrimonial passa, inevitavelmente, por uma aposta na educação patrimonial, na sensibilização e participação das novas gerações. -----

Fica por isso uma palavra de reconhecimento ao Município de Sabrosa, e às suas equipas técnicas e aos seus parceiros locais, nacionais e internacionais que este caminho continue a ser trilhado com ambição, com responsabilidade e com a certeza de que estamos a construir um Concelho mais forte, mais coeso e mais valorizado, atendendo a que este projeto só foi possível porque houve o envolvimento de mais dois Municípios, Alijó e Murça. -----

Trabalhar juntos faz a região mais forte e se não trabalharmos em rede, na minha opinião não vamos a lado nenhum”. -----

Foi dada a palavra à Presidente da Câmara Municipal de Sabrosa, que felicitou a Associação de História e Arqueologia de Sabrosa, na pessoa da Deputada Dina Pereira, pelo trabalho desenvolvido no Concelho, na identificação, preservação e na promoção do património arqueológico, que é uma grande mais valia. Nem todos os Concelhos têm a felicidade de ter estes recursos e com a proximidade e trabalho no terreno que temos, sendo prova disso mesmo, as escavações que estão a decorrer na Necrópole Medieval das Touças. -----

Quanto à intervenção do Deputado José Marques, relativamente à Gala de Entrega dos Prémios “Cinco Estrelas Regiões 2025”, afirmou ser com grande honra e um imenso orgulho que se irá

acolher um evento de âmbito nacional, num Concelho tão pequeno quanto o nosso, mas sobretudo porque dois dos prémios ficam no Concelho de Sabrosa. -----

Terminou, dizendo que relativamente ao Regulamento de Apoio aos Viticultores, que será apreciado no dia de amanhã, em reunião do Executivo Municipal, será ainda alvo de discussão pública, bem como trabalhado com todos os Presidentes de Junta de Freguesia, dada a importância do envolvimento da comunidade e dos “atores” institucionais. -----

Tomou a palavra o Deputado Luís Baptista, que após cumprimentar os presentes, apresentou a seguinte intervenção: *“Pela primeira vez, em 50 anos de democracia, cerca de 10% dos Sabrosenses elegeram o CDS-PP para os representar e ser uma voz ativa nesta Assembleia. -- Um partido fundador da democracia, que integrou governos da República, de cariz Democrático e Humanista que é constituído por Mulheres e Homens livres que cumprem e afirmam os valores democráticos.* -----

No atinente aos valores democráticos, à representação e voz dos Sabrosenses jurei cumprir com lealdade as funções que me foram incumbidas e, nesse sentido, porque a minha ação será sujeita ao escrutínio do povo, quero agradecer a todos os Sabrosenses a confiança que depositaram no CDS e na minha pessoa e a todas as Instituições, sem exceção, os convites que me endereçaram para marcar presença nos diversos eventos organizados. -----

Sempre que me foi possível marquei presença sendo sempre recebido com respeito e hospitalidade. Muito Obrigada a Todos! -----

No entanto, sem querer qualquer tipo de discriminação, quero fazer um agradecimento especial à sra. Presidente da Junta de Freguesia de Torre do Pinhão pela amabilidade com que fui recebido e pelas palavras que me dirigiu, no passado dia 22 de junho. Sra. Presidente, o meu muito obrigado, e quero que saiba que é uma honra enorme pertencer à Grande Família de Torre do Pinhão. -----

Também não posso deixar de lembrar a forma exemplar com que a ex-deputada municipal, Dra. Fátima Fernandes, desempenhou o cargo de Presidente da Assembleia Municipal, devendo, por isso, a sua fotografia ser colocada junto das fotografias de anteriores Presidentes da Assembleia, no espaço indicado para o efeito. -----

Feitos os agradecimentos, chegou o momento de se fazer o balanço do desempenho de um executivo que passou de minoritário a maioritário porque o Sr. Vereador António Araújo trocou o altruísmo apresentado aos Sabrosenses, enquanto líder do Movimento JÁ! pelos interesses do seu egoísmo. -----

Desta forma os Sabrosenses ficaram sujeitos a um executivo que falhou em todas as áreas: ---

- Falhou aos Sabrosenses quando, sabendo que é da sua competência, responsabilizou a AdIN pela acessibilidade de 21% da população do Concelho à rede de saneamento e, assim, por termo a um problema de saúde pública; -----

- Falhou aos Sabrosenses quando não criou mecanismos que permitissem à população aceder a serviços bancários devido ao encerramento dos seus balcões; -----



- Falhou aos Sabrosenses na Estratégia Local de Habitação que, por inércia, não fez o investimento devido na recuperação de imóveis que poderiam fomentar o aumento da riqueza do Concelho, capitalizar investimento privado e criação de emprego e ainda dar resposta à crise habitacional e fixar pessoas no Concelho; -----

- Falhou aos Sabrosenses pela inação na criação e desenvolvimento da nova zona industrial; --

- Falhou aos Sabrosenses porque não mostrou uma estratégia capaz de potenciar o facto de termos um Concelho inserido na Região do Douro que é Património Mundial da UNESCO; -----

- Falhou aos Sabrosenses quando é incapaz de melhorar a acessibilidade dos arruamentos, como é o caso do Caminho da Sancha. -----

Em suma, temos um executivo direcionado para a diversão onde se gastam milhares de euros em festas e palcos, sem que haja retorno económico para o Concelho, ao mesmo tempo que é incapaz de solucionar o grave problema de saúde pública, devido à inacessibilidade à rede de saneamento, e proporcionar bons arruamentos à população. -----

Este executivo acordou agora para a realidade da sua incapacidade e anda agora, que se aproxima o julgamento do povo, numa azáfama atabalhoada a iniciar todo o tipo de obras para tentar encobrir a sua incapacidade, já demonstrada, na gestão do Concelho de Sabrosa. -----

Perante esta incapacidade do executivo, posso garantir aos Sabrosenses que, para melhorar o Nosso Concelho, poderão sempre contar com o CDS porque Juntos Seremos Futuro!". -----

Em resposta a Presidente da Câmara Municipal lembrou que, relativamente à questão do saneamento e da água em baixa, esta passou a ser gerida pela empresa AdIN em 2019 (dois mil e dezanove), pelo que nada tem a ver com a Câmara Municipal de Sabrosa. -----

Seguindo a ordem de inscrição neste ponto da ordem de trabalhos, tomou a palavra a Deputada Suzanne Peixoto, que após cumprimentar os presentes, solicitou os seguintes esclarecimentos:

- Se já foram efetuados os convites para o Dia dos Avós, com a deslocação a Fátima, que se realizará no próximo dia 26 (vinte e seis) de julho, aos Vereadores e à Assembleia Municipal; ---

- Porquê da continuação da não existência de dia fixo para a realização das sessões da Assembleia Municipal, o que cria instabilidade aos seus Membros; -----

- Relativamente ao Parque de Campismo em Vilarinho de São Romão, se o projeto já está em avaliação e o que está concretizado sobre este assunto; -----

- Por último, solicitou esclarecimentos relativamente à não celebração dos Contratos Interadministrativos de Delegação de Competências com as Juntas de Freguesia do concelho, que diligências foram e/ou estão a ser tomadas para resolver a situação e qual o prazo previsível para a assinatura dos referidos Contratos, uma vez que nos encontramos em final de mandato.

A Presidente da Câmara Municipal, em resposta, esclareceu que, não se trata de um Parque de Campismo, mas sim de um Parque de Auto Caravanismo, cujo projeto já foi submetido a uma candidatura, por parte da Junta de Freguesia de Vilarinho de São Romão, pois que o projeto e a obra são da autoria dessa Junta de Freguesia e da qual se aguardam resultados. -----



Quanto aos Contratos Interadministrativos de Delegação de Competências com as Juntas de Freguesia, disse não ser obrigatória nova assinatura, dado não terem existido alterações. Aconselhou, inclusivamente, a Deputada, a confirmar esta afirmação, junto de qualquer Presidente de Junta de Freguesia, até por que já estão a ser pagas as faturas entregues, no âmbito dessa Delegação de Competências. -----

A Presidente da Assembleia Municipal, em resposta à Deputada Suzanne Peixoto, relativamente à escolha dos dias para a realização das sessões ordinárias da Assembleia Municipal, esclareceu que, não obstante haver a indicação de um dia preferencial para a realização destas sessões, esta Mesa tem o entendimento de que os interesses do Município e dos Municípes se sobrepõem aos interesses dos Deputados. Admitiu que, algumas sessões não se têm realizado às sextas-feiras, por necessidade de cumprimento dos prazos de agendamento dos assuntos remetidos pelo Executivo Municipal. Acrescentou que todos os Deputados têm direito à dispensa dos seus compromissos profissionais para estarem presentes nestas sessões, e ainda, o facto, de que as sessões da Assembleia Municipal de Sabrosa, contrariamente a outras Assembleias Municipais do distrito, são sempre realizadas fora do horário laboral, exatamente para facilitar a participação de todos. -----

De novo no uso da palavra, a Deputada Suzanne Peixoto, insistiu que relativamente aos Contratos Interadministrativos de Delegação de Competências, estes são feitos anualmente e por ano civil, pelo que solicitou o parecer do Consultor Jurídico, no sentido de saber sobre a legalidade de serem efetuados pagamentos, antes da assinatura da delegação de competências. Finalizou, dizendo que a preocupação com os viticultores vai ao encontro do expressado pelo Deputado José Marques, contudo, esta preocupação não é de agora, já se arrasta há algum tempo, e nestes últimos anos de governação Socialista disse que tem havido uma falta de proatividade, devendo agir-se antes de que a situação fique catastrófica, como é o caso. É realmente importante existirem apoios aos viticultores, mas também é necessário analisar que tipo de incentivo vai ser dado, para que ninguém se veja numa situação de endividamento. Será ainda importante analisar a situação da Adega Cooperativa de Sabrosa, pois poderá também ser necessário prestar-lhe algum apoio. -----

Foi dada a palavra à Presidente da Câmara Municipal que esclareceu que, na proposta de Regulamento de Apoio aos Viticultores, tal como havia dito anteriormente, está prevista a atribuição de um apoio financeiro fixo por hectare e não de um empréstimo; a aquisição de produtos destinados ao tratamento das vinhas e das videiras; a atribuição de um incentivo financeiro fixo e direto por pipa aos pequenos viticultores do Concelho de Sabrosa, que comprovadamente, no termo da vindima, não tenham conseguido escoar a sua produção e ainda a criação de um gabinete municipal de apoio ao agricultor. -----

Acrescentou ainda que as propostas apresentadas neste regulamento serão ainda alvo de discussão pública. -----

Foi autorizada a intervenção do Consultor Jurídico, Dr. Filipe Correia, para responder à questão apresentada pela Deputada Suzanne Peixoto sobre se os Contratos Interadministrativos de Delegação de Competências não são assinados anualmente e por "*ano civil*", tendo o mesmo dito que irá analisar o assunto e remeterá à Mesa o seu Parecer escrito. -----

---- **Ponto dois: Período da ordem do dia:** -----

---- **Dois ponto um: Informações e esclarecimentos da Mesa da Assembleia Municipal.** --

A Presidente da Assembleia Municipal deu nota da possibilidade de realização de uma sessão extraordinária para a aprovação do Regulamento de Apoio aos Viticultores do Concelho de Sabrosa, se esta se justificar e que a sessão ordinária desta Assembleia Municipal de setembro se fará antes do início da Campanha Eleitoral. -----

---- **Dois ponto dois: Presente ata da sessão ordinária da Assembleia Municipal de 29 (vinte e nove) de abril de 2025 (dois mil e vinte e cinco).** -----

Colocado o assunto à discussão, não se registou qualquer intervenção. -----

Deliberação: Aprovada por unanimidade, dos membros presentes na respetiva sessão, a ata da sessão ordinária da Assembleia Municipal de 29 (vinte e nove) de abril de 2025 (dois mil e vinte e cinco). -----

---- **Dois ponto três: Presente informação da Presidente da Câmara Municipal nos termos da alínea c), do n.º 2, do artigo 25.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação.** -----

Foi dada a palavra à Presidente da Câmara Municipal que destacou alguns pontos da Informação enviada aos deputados, como sejam, no âmbito da Unidade Orgânica Flexível - Obras, Serviços e Ordenamento do Território, para além das várias intervenções correntes que foram acontecendo um pouco por todo o Concelho, destacou algumas obras por administração direta como foi o caso das reparações no antigo Posto de Saúde de Paradela de Guiães, ou a o continuar das obras de transformação de um edifício para o memorial ao General Loureiro dos Santos; a continuação das várias empreitadas em curso, nomeadamente as que estão a ser realizadas no âmbito da Estratégia Local de Habitação; a reabilitação do edifício do Jardim de Infância de São Martinho de Anta, que está praticamente concluída, tendo sido alvo de uma candidatura em "*overbooking*". -----

No âmbito da UOF Educação, Saúde e Ação Social, deu nota da apresentação pública do Plano Intermunicipal de Promoção do Sucesso Escolar (PIPSE), programa que assenta no trabalho de uma equipa multidisciplinar qualificada e especializada, composta por profissionais de várias áreas, com o compromisso de ajudar a promover uma educação de qualidade, promotora de equidade e do desenvolvimento pleno de todos os alunos do Agrupamento. Realizou-se também o programa "*Férias em Movimento*", na interrupção letiva da Páscoa. E, relativamente ao projeto "*Radar Social*", continua em execução a 2.ª fase desse projeto, sendo que até ao momento foram trabalhadas 11 (onze) freguesias; foi, ainda, assinado o Protocolo de Cooperação com a associação "*Just a Change*", instituição particular de solidariedade social, com vista a fomentar

a promoção da dignidade habitacional; comemorou-se o Dia Internacional da Família, com dois momentos de atividades: Festa da Família IPSS's e Festa das Famílias do Concelho; iniciou-se o Clube de Costura Construtiva – Club'UP, que reúne senhoras com mais de 35 (trinta e cinco) anos, que se encontram fora da vida ativa e se dedicam à reutilização têxtil e reparação com foco na transformação de roupa, arranjos criativos e criação de acessórios com o conceito de "lixo zero". -----

Relativamente à UOF de Desenvolvimento e Empreendedorismo Local, destacou o acompanhamento das candidaturas submetidas aos programas PRR, Norte 2030 e Turismo de Portugal, que são fundamentais para o território, e ainda os seguintes eventos: a "*Mostra do Azeite e do Mel*", realizado na freguesia de São Lourenço de Ribapinhão; "*1.ª Feira do Queijo*", em Vilela do Douro e o "*Concerto de Páscoa*" com o grupo "*enCanTo*" e com a presença da Margarida Ribeiro e Maria Helena Loureiro, na Igreja Matriz de São Martinho de Anta, no âmbito do Festival Artistas da Nossa Terra; o início da edição deste ano do Festival Rir Sem Bilhete, com o espetáculo "*Monstros do Ano*", apresentado por Fernando Alvim; a realização da 7.ª edição do FLiD (Festival Literário Douro), no Espaço Miguel Torga e a receção da Prova de Ciclismo "*Love Times Douro Granfondo 2025*", que trouxe mais de dois mil ciclistas ao Concelho. No âmbito da sua agenda institucional destacou a reunião, em Sabrosa, com o Presidente do Conselho de Administração da APDL (Administração dos Portos do Douro, Leixões e Viana do Castelo), onde foram abordados vários assuntos em comum e de importância estruturante para o Concelho, tendo esta reunião, incluído uma visita ao Cais da Foz do Pinhão; esteve presente na sede do MAI (Ministério da Administração Interna), em Lisboa para a cerimónia de assinatura do Contrato Interadministrativo entre o Município de Sabrosa e a Secretaria-geral do Ministério da Administração Interna para a realização das obras de reabilitação e ampliação do imóvel para a instalação do novo Posto Territorial de Sabrosa da Guarda Nacional Republicana. -----

Por fim, e no que à UOF Administrativa, Financeira e Patrimonial, diz respeito, a Câmara Municipal, desde o início do ano, gerou um superavit orçamental total de €775.419,15 (setecentos e setenta e cinco mil, quatrocentos e dezanove euros e quinze cêntimos). -----

Terminou dizendo estar à disposição para responder às questões que considerem necessárias. Colocado o assunto a discussão, solicitaram a sua inscrição os Deputados Luís Baptista, José Marques e Suzanne Peixoto. -----

Tomou a palavra o Deputado Luís Baptista, questionando qual o destino dado aos equipamentos de cozinha existentes na antiga escola primária de Paradela de Guiães; qual a data prevista para a conclusão da obra de requalificação da Escola Básica e Secundária Miguel Torga – Sabrosa e se a entrega de uma garrafa de vinho, por parte da Presidente da Câmara Municipal, ao cantor Nininho Vaz Maia, aquando da sua atuação em Sabrosa, no ano passado, foi ou não foi um ato de campanha eleitoral. -----

Em resposta a Presidente da Câmara Municipal, disse que relativamente aos equipamentos que existiam na antiga escola primária de Paradela de Guiães, se mantêm lá, sendo que foi

submetida uma candidatura para transformar esse edifício num Centro de Criação Artística, mas que até ao momento não há resultados. -----

Quanto às obras na Escola Básica e Secundária Miguel Torga – Sabrosa, o seu término está previsto para junho de 2026 (dois mil e vinte e seis) e, relativamente à última questão, disse ser prática comum a entrega de uma garrafa de vinho aos artistas que encerram o “*Summer Fest*” como símbolo do que melhor existe na região, para além das pessoas. -----

De seguida, o funcionário municipal João Correia, que assegura o acompanhamento técnico da Sessão, alertou a Presidente da Assembleia de que havia uma pessoa na plateia a filmar a sessão, tendo a Presidente da Assembleia Municipal solicitado que o funcionário identificasse a referida pessoa. O funcionário indicou um jovem que estava acompanhado pela mãe e a quem a Presidente da Assembleia Municipal questionou se o seu filho estaria a filmar, tendo a mesma respondido que não. A Presidente da Assembleia Municipal esclareceu que a recolha de imagens e vídeos durante a Sessão não é permitida pela Lei, nem pelo Regimento em vigor, pelo que se aparecer alguma filmagem publicada na internet ou redes sociais, esta situação será reportada às autoridades competentes, nomeadamente aos serviços do Ministério Público para atuação em conformidade. Ainda no contexto desta situação solicitou a palavra o Deputado Luís Baptista, que se identificou como sendo o pai do referido menor, garantindo que, apesar de não estar junto dele, o seu filho não terá efetuado qualquer filmagem. -----

Seguindo a ordem de inscrição para este ponto da ordem de trabalhos, foi dada a palavra ao Deputado José Marques, que referiu a importância de que as intervenções feitas neste órgão sejam consistentes, coerentes e sobretudo pertinentes, evitando-se situações de afirmação gratuita, quando todos sabem as dinâmicas que estão instaladas no terreno. Pode-se concordar, discordar do modelo adotado, dizer que se poderia ter feito mais e não se fez, mas, na sua opinião, dizer que tudo falhou ao nível de toda a Estratégia Local de Habitação, não acha correto, tal como se pode verificar pela análise da Informação da Presidente. -----

Continuou dizendo que o mandato tem duração de quatro anos e não se pode parar ao fim de três anos, para se pensar nas próximas eleições. Até ao fim do mandato os Executivos estão em funções e é natural que nessa altura se faça mais obra, visto que é preciso trabalhar para que isso aconteça e tudo leva tempo. E, quatro anos é pouco tempo, para que qualquer Presidente de Câmara Municipal, venha de que lado vier, possa implementar a sua estratégia e visão para o seu concelho. De facto, existem falhas, mas também tem de se apontar as virtudes, por que nada se faz sozinho e os grandes “*obreiros*” de todo este trabalho, naturalmente orientados por um Executivo Municipal e pela Assembleia Municipal, são os funcionários. São eles que levam à prática os projetos e as obras, e tudo leva tempo. -----

Por último, tomou a palavra a Deputada Suzanne Peixoto, que, relativamente aos processos judiciais indicados na Informação da Presidente com os números 13.º e 14.º, questionou se não existirá um lapso no ano indicado, ou seja, 2004 (dois mil e quatro), uma vez que as referências

dos números de processos judiciais se referem a processos intentados, respetivamente em 2024 (dois mil e vinte e quatro) e 2025 (dois mil e vinte e cinco). -----

Dada a palavra à Presidente da Câmara Municipal que respondeu não existir qualquer lapso quanto à data. O processo 49/25.0T8VRL, diz respeito à implementação da primeira fase Zona Industrial de Sabrosa e que se prende com a expropriação de alguns terrenos, tendo agora surgido um herdeiro que intentou uma ação contra o Município e que vem reclamar uma quantia considerável relativamente a dois terrenos. -----

Deliberação: Tomado conhecimento. -----

----- **Dois ponto quatro: Presente informação n.º 6641/25 da UOF AFP datada de 6 (seis) de junho de 2025 (dois mil e vinte e cinco), referente ao assunto:** Prestação de Contas Consolidadas do ano económico 2024 (dois mil e vinte e quatro). Contém deliberação do Executivo Municipal do seguinte teor: *"Aprovado, por maioria, com a abstenção do Vereador Mário Varela, a Prestação de Contas Consolidadas do ano económico 2024 (dois mil e vinte e quatro), submeter à apreciação da Assembleia Municipal, de acordo com o n.º 1, do artigo 76.º da Lei n.º 73/2013 de 3 de setembro, na sua atual redação"*. -----

Colocado o assunto a discussão solicitou a sua inscrição o Deputado Luís Almeida, que tomou a palavra cumprimentando os presente e dizendo que, antes de avançar na sua intervenção e reportando-se à situação da recolha de imagens, alertou que acabou de verificar, nas redes sociais, a postagem de uma imagem desta sessão da Assembleia Municipal, que será melhor retirar, uma vez que é mostrado o Deputado José Marques a falar, bem como aparecem os membros da mesa desta Assembleia Municipal, o que coloca em causa a questão da proteção de dados pessoais. Acrescentou que, no que a si diz respeito, não há qualquer problema, mas que é apenas um conselho que pretende transmitir ao Município que a publicou. -----

A Presidente da Assembleia Municipal solicitou a retirada imediata da referida publicação. -----

De volta à sua intervenção, o Deputado Luís Almeida disse que o presente documento permite ter acesso às contas da AdiN. Contas essas que verifica com agrado, apresentam, nos últimos 2 (dois) anos resultados líquidos positivos, e se se analisarem os resultados de 2023 (dois mil e vinte três) para 2024 (dois mil e vinte quatro), o resultado aumentou em cerca de 205%. -----

Continuou dizendo que todos os anos há aumento de tarifário da AdiN na ordem dos 3,5%, sendo que em três anos o aumento foi de cerca de 10,5%. -----

Referiu que vários munícipes se queixam das elevadas faturas de água que têm vindo a pagar e a exemplo, disse que uma família composta por 3 (três) pessoas e com um consumo relativamente baixo de água, paga faturas elevadas, não só pelo consumo da água, mas também pela questão do saneamento e da recolha de resíduos. Só em dois anos os tarifários subiram 7%, e que analisando a fatura, existe uma taxa que é entregue ao Ministério do Ambiente, denominada Taxa do Recurso Hídrico de Água, que subiu 5%, ou seja, uma taxa que é gerida por um órgão central subiu menos que o tarifário da AdiN. -----



As atualizações são feitas com base na gestão diária da empresa e que esta atualização é superior à taxa de inflação que se registou em 2023 (dois mil e vinte três) e 2024 (dois mil e vinte e quatro), que foi de 6,7%. Pelo que deixa o seguinte desafio: que aquando da discussão do próximo orçamento da AdiN, que provavelmente ainda será durante este mandato, a Presidente da Câmara Municipal de Sabrosa, enquanto representante do Município e dos Municípes e como representante também de uma entidade que é detida pelo Município em 7%, possa fazer a máxima pressão junto desta, para dar a entender as dificuldades que os municípes, as empresas e as famílias passam para pagar uma fatura de água. E que, se não fosse a comparticipação que Município paga, e bem, talvez houvesse Municípes sujeitos a cortes de água. Situação que não pode acontecer, pois que a água, é um bem de primeira necessidade. -----

Dada a palavra à Presidente da Câmara Municipal, relativamente à análise das contas e dos resultados da ADiN, esclareceu que a esta entidade compra a água à entidade "Águas do Norte" e que é esta última que apresenta o preço da água. Acrescentou que contribuíram para estes resultados dois aspetos importantes: o controlo de perdas de água e a internalização de vários serviços e não apenas a questão da comercialização da água. -----

Terminou dando nota de que foi convidada, pelo atual Governo, para integrar o Conselho de Administração, como vogal não executiva, da entidade "Águas do Norte". -----

Deliberação: Aprovada por maioria, as Contas Consolidadas do ano económico de 2024 (dois mil e vinte e quatro), com 1 (um) voto contra do Deputado Luís Almeida e 4 (quatro) abstenções dos Deputados Luís Baptista, Fernando Silva, Suzanne Peixoto e Maria João Bessa. Foi ainda apresentada uma declaração de sentido de voto contra pelo Deputado Luís Almeida, do seguinte teor: *"Em relação a prestação de contas consolidadas do ano económico de 2024, manifesto o meu voto contra pois como é possível verificar pelos documentos que nos foram disponibilizados, na análise económico financeiro, pese embora os movimentos contabilísticos decorrentes do SNC-AP, não se pode ignorar o resultado líquido do período referente ao ano de 2024 negativo, no montante de 510.321,70€.* -----

Da análise documental verifica-se ainda que a empresa Águas do Interior Norte, detida a 6,72% pelo município de Sabrosa, apresenta um aumento nos seus resultados face a 2023 de mais 200%. Assim e manifestando agrado pelos bons resultados apresentados pela ADIN, não posso deixar de apelar ao executivo para que junto da empresa detida possa compelir a mesma, a fazer refletir nos seus tarifários, estes bons resultados que apresenta, nomeadamente através do alívio dos preços a pagar pelos cidadãos e pelas empresas do nosso município". -----

----- Dois ponto cinco: Presente informação n.º 6647/25 da UOF AFP datada de 6 (seis) de junho de 2025 (dois mil e vinte e cinco), referente ao assunto: Modificação Orçamental n.º 11, que corresponde à Alteração Modificativa n.º 3 (Revisão), Alteração Modificativa Orçamental ao Orçamento da Despesa n.º 3, Alteração Modificativa ao Plano Plurianual de Investimento n.º 3 e à Alteração Modificativa ao Plano Atividades Municipais n.º 3. Contém deliberação do Executivo Municipal do seguinte teor: *"Aprovado, por maioria, com a abstenção do Vereador*

Mário Varela, a Modificação Orçamental n.º 11, que corresponde à Alteração Modificativa n.º 3 (revisão), Alteração Modificativa Orçamental ao Orçamento da Despesa n.º 3, Alteração Modificativa ao Plano Plurianual de Investimento n.º 3 e à Alteração Permutativa ao Plano Atividades Municipais n.º 3 e submeter à aprovação da Assembleia Municipal, de acordo com a alínea c) do n.º 1, do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação". - Foi dada a palavra à Presidente da Câmara Municipal que deu nota de que a presente modificação orçamental deve-se a três itens que não estavam acautelados em orçamento, nomeadamente, a rodagem do filme "Vindima", de Miguel Torga, com uma verba de €2.500,00 (dois mil e quinhentos euros); o apoio corrente à associação "Amigos do Senhor Jesus do Calvário", de Parada do Pinhão, no valor de €1.000,00 (mil euros) e o protocolo "Just a Change", no valor de €18.882,57 (dezoito mil, oitocentos e oitenta e dois euros e cinquenta e sete cêntimos). -----

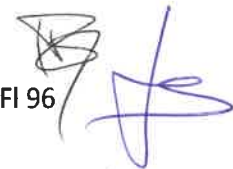
Colocado o assunto a discussão solicitou a sua inscrição o Deputado Luís Almeida, solicitando esclarecimentos relativamente ao protocolo com a Instituição de Solidariedade Social "Just a Change", que tem por objetivo reabilitar casas degradadas com voluntários. Apesar de se tratarem de pequenas remodelações e arranjos, esta ação irá beneficiar do voluntariado das pessoas, para com as famílias carenciadas do Concelho, pelo que questionou para que fim se destina o valor atribuído em protocolo; qual o critério de escolha para as casas a reabilitar e reconheceu o trabalho do Município e a sua preocupação com os problemas da habitação carenciada do Concelho, mas que não pode deixar de afirmar que a Estratégia de Habitação Local e os apoios existentes são insuficientes para a recuperação das casas daqueles que têm problemas. -----

A Presidente da Câmara Municipal respondeu que relativamente à escolha das casas, foram os serviços da Ação Social da Câmara Municipal que procederam à identificação e referenciação de algumas situações de habitações que apresentavam alguns problemas, tendo sido referenciadas como prioritárias 3 (três), que são as que serão intervencionadas pelos voluntários e que a verba atribuída visa suportar os custos com os materiais de construção. -----

Deliberação: Aprovada por maioria, a Modificação Orçamental n.º 11, que corresponde à Alteração Modificativa n.º 3 (Revisão), Alteração Modificativa Orçamental ao Orçamento da Despesa n.º 3, Alteração Modificativa ao Plano Plurianual de Investimento n.º 3 e à Alteração Modificativa ao Plano Atividades Municipais n.º 3, com 3 (três) abstenções dos Deputados Luís Almeida, Luís Baptista e Suzanne Peixoto. -----

----- **Dois ponto seis: Presente informação n.º 4841/25 da UOF AFP datada de 30 (trinta) de abril de 2024 (dois mil e vinte e cinco), referente ao assunto:** Informação semestral sobre a situação económica, financeira e orçamental – 2.º semestre de 2024 (dois mil e vinte e quatro). Contém deliberação do Executivo Municipal do seguinte teor: "Tomado conhecimento, submetendo à assembleia Municipal". -----

Colocado o assunto à discussão, não se registou qualquer intervenção. -----



Deliberação: Tomado conhecimento. -----

----- **Dois ponto sete: Presente informação n.º 6626/25 da UOF AFP datada de 6 (seis) de junho de 2025 (dois mil e vinte e cinco), referente ao assunto:** Terceira alteração ao Mapa de Pessoal 2025 (dois mil e vinte e cinco). Contém deliberação do Executivo Municipal do seguinte teor: *“Aprovado, por maioria, com a abstenção do Vereador Mário Varela, a terceira alteração ao mapa de pessoal 2025 (dois mil e vinte e cinco), submetendo à apreciação da Assembleia Municipal de acordo com o n.º 5 do artigo 29.º, do Anexo I, da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, na sua atual redação”*. -----

Colocado o assunto à discussão, não se registou qualquer intervenção. -----

Deliberação: Aprovada por maioria, a terceira alteração ao Mapa de Pessoal 2025 (dois mil e vinte e cinco), com 3 (três) abstenções dos Deputados Luís Baptista, Suzanne Peixoto e Maria João Bessa, de acordo com a alínea o), do artigo 25.º do Anexo I, da Lei n.º 75/2013, na sua atual redação. -----

----- **Dois ponto oito: Presente informação n.º 6618/25 da UOF AFP datada de 6 (seis) de junho de 2025 (dois mil e vinte e cinco), referente ao assunto:** Terceira alteração ao Mapa Anual de Recrutamento Autorizado (MARA) 2025 (dois mil e vinte e cinco). Contém deliberação do Executivo Municipal do seguinte teor: *“Aprovado, por maioria, com a abstenção do Vereador Mário Varela, a terceira alteração ao Mapa Anual de Recrutamento Autorizado (MARA) 2025 (dois mil e vinte e cinco), submetendo à Assembleia Municipal, de acordo com o artigo 30.º, do Anexo I, da lei n.º 35/2014, de 20 de junho, na sua atual redação”*. -----

Colocado o assunto à discussão, não se registou qualquer intervenção. -----

Deliberação: Aprovada por maioria, a terceira alteração ao Mapa Anual de Recrutamento Autorizado (MARA) 2025 (dois mil e vinte e cinco), com 3 (três) abstenções dos Deputados Luís Baptista, Suzanne Peixoto e Maria João Bessa. -----

----- **Dois ponto nove: Presente informação n.º 6164/25 da UOF AFP datada de 30 (trinta) de maio de 2025 (dois mil e vinte e cinco), referente ao assunto:** Lista de adjudicações plurianuais, em cumprimento da deliberação aprovada na sessão da Assembleia Municipal de 17 (dezassete) de dezembro de 2024 (dois mil e vinte e quatro) – 1 (um) de abril a 31 (trinta e um) de maio de 2025 (dois mil e vinte e cinco). Contém deliberação do Executivo Municipal do seguinte teor: *“Tomado conhecimento, submetendo à Assembleia Municipal”*. -----

Colocado o assunto a discussão solicitou a sua inscrição a Deputada Maria João Bessa que, após cumprimentar os presentes, questionou por que razão os dados apresentados no mapa, respeitante ao número de contribuinte de uma pessoa, bem como o prazo de duração do procedimento (duração em meses), não se encontram preenchidos. E, ainda relativamente à aquisição de serviços de enfermagem, que tipo de serviços são estes, quem vai beneficiar deles e como estes serviços vão ser prestados. -----



Foi dada a palavra à Presidente da Câmara Municipal que em resposta disse quanto à questão dos dados em falta, crê tratar-se de um lapso, contudo, acrescentou que pelo montante indicado, tratar-se-á de um contrato por 12 (doze) meses. -----

Acrescentou que relativamente aos ajustes diretos de Serviços de Terapia da Fala, Serviços de Psicologia de Desenvolvimento e Educação e à consulta prévia de Serviços de Reabilitação Psicomotora, Psicologia Clínica do Trabalho e das Organizações, integram-se no âmbito da candidatura já aprovada do projeto PIPSE, que também já está em fase de implementação, aguardando-se apenas abertura do ano escolar. Quanto aos Serviços de Enfermagem, dizem respeito ao projeto “Vida Ativa”, projeto este submetido a uma candidatura ao “Portugal 2030” já aprovada, destinando-se à prestação de serviços de enfermagem, junto da população mais idosa do Concelho. -----

Deliberação: Tomado conhecimento. -----

----- **Dois ponto dez: Presente informação n.º 6446/25 da UOF ESAS datada de 5 (cinco) de junho de 2025 (dois mil e vinte e cinco), referente ao assunto:** Aquisição de serviços para fornecimento de refeições escolares para o ano letivo 2025/2026 (dois mil e vinte e cinco/dois mil e vinte e seis). Contém deliberação do Executivo Municipal do seguinte teor: *“Aprovado, por unanimidade, autorizar a abertura de concurso público para a contratação de empresa de fornecimento de refeições de acordo com a informação técnica, bem como, aprovar o caderno de encargos, depois de garantido o competente cabimento e compromisso. Foi ainda deliberado designar para gestor de contrato o Coordenador Técnico Manuel Luís do Rosário Silva e designar o seguinte júri do procedimento: efetivos: Presidente: Chefe de Divisão da Unidade Orgânica e Flexível da Educação e Ação Escolar, Maria Manuela Pontes Miguel Rocha; Técnico Superior, Ana Maria Pinto Soares Esteves Freitas; Assistente Técnico, Carla Maria Correia Lourenço Garganta. Suplentes: Assistentes Técnicos, Sílvia Maria Machado Gonçalves e Técnico Superior Cristina Ferreira Lopes Gonçalves. Mais foi deliberado submeter à Assembleia Municipal para autorização da despesa plurianual, de acordo com a alínea c), do n.º 1, do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, na sua atual redação”*. -----

Colocado o assunto à discussão, não se registou qualquer intervenção. -----

Deliberação: Aprovada por unanimidade, autorizar a realização de despesas plurianuais para a aquisição de serviços de fornecimento de refeições para o ano letivo 2025/2026 (dois mil e vinte e cinco/dois mil e vinte e seis). -----

----- **Dois ponto onze: Presente informação n.º 6634/25 da UOF ESAS datada de 6 (seis) de junho de 2025 (dois mil e vinte e cinco), referente ao assunto:** Revisão das delegações de competências com as Juntas de Freguesia de Celeirós do Douro, Covas do Douro, Gouvinhas e Parada do Pinhão, no âmbito dos transportes escolares para o ano letivo 2025/2026 (dois mil e vinte e cinco/dois mil e vinte e seis). Contém deliberação do Executivo Municipal do seguinte teor: *“Aprovado, por unanimidade, a delegações de competências no âmbito dos transportes escolares, para o ano letivo 2025/2026 (dois mil e vinte e cinco/dois mil e vinte e seis), com as*



Juntas de Freguesia de Celeirós do Douro, Covas do Douro, Gouvinhas e Parada do Pinhão, após o devido cabimento e compromisso. Mais foi deliberado autorizar a Presidente da Câmara Municipal a assinar as respetivas delegações de competências, submetendo à autorização da Assembleia Municipal, de acordo com a alínea m), do artigo 33.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro". -----

Colocado o assunto a discussão solicitou a sua inscrição a Deputada Suzanne Peixoto, perguntando em que são baseados os valores a atribuir, dado que existem montantes diferentes para diferentes freguesias. -----

A Presidente da Câmara Municipal respondeu que a diferença de valores tem a ver com o número de quilómetros percorridos e solicitou que fosse dada autorização, à Chefe de Divisão da Unidade Orgânica Flexível Educação, Saúde e Ação Social, para mais esclarecimentos. -----
Autorizada que foi a intervenção da Chefe de Divisão UOF-ESAS, Manuela Rocha, esta esclareceu que os valores atribuídos foram calculados com base no percurso de cada circuito, a viatura utilizada, e bem assim, outras despesas. Os valores apresentados foram calculados pelos colegas da área dos transportes e com a concordância dos respetivos Presidentes de Junta de Freguesia, como sendo os valores que entenderam ser os necessários para cumprir com esta delegação de competências. -----

Deliberação: Aprovada por unanimidade, a revisão das delegações de competências com as Juntas de Freguesia de Celeirós do Douro, Covas do Douro, Gouvinhas e Parada do Pinhão, no âmbito dos transportes escolares para o ano letivo 2025/2026 (dois mil e vinte e cinco/dois mil e vinte e seis), nos termos da alínea k), do n.º 1, do artigo 25.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual. -----

----- **Dois ponto doze: Presente informação n.º 6650/25 do GAP datada de 6 (seis) de junho de 2025 (dois mil e vinte e cinco), referente ao assunto:** Ratificação do reconhecimento de Interesse Municipal das Feiras de Sabrosa e de São Martinho de Anta e proposta de suspensão temporária do pagamento de taxas pelos feirantes. Contém deliberação do Executivo Municipal do seguinte teor: "*Primeira deliberação: Aprovado, por unanimidade, reconhecer as Feiras de Sabrosa e São Martinho de Anta como eventos de manifesto e relevante Interesse Municipal, assim as declarando, atento o teor da informação presente e do parecer jurídico que a acompanha, os quais fundamentam esta deliberação. Mais foi deliberado, submeter à ratificação da Assembleia Municipal o reconhecimento das Feiras de Sabrosa e São Martinho de Anta, como eventos de manifesto interesse Municipal, assim se declarando, de acordo com a alínea ccc) do artigo 33.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação. Segunda deliberação: Aprovado, por unanimidade, propor a suspensão do pagamento das taxas a pagar pelos feirantes, que participem nessas feiras, pelo período de 2 (dois) anos, ao abrigo do artigo 26.º do Regulamento n.º 562/2016, publicado no Diário da República n.º 108/2016, Série II, de 2016/06/06 – Regulamento de Liquidação de Taxas do Município de Sabrosa, com as seguintes condicionantes: Primeira: Não pode beneficiar da suspensão do pagamento das taxas o sujeito*



passivo que tenha dívidas vencidas de qualquer natureza para com o Município; Segunda: O beneficiário da suspensão do pagamento da taxa obriga-se a deixar limpo o espaço por si ocupado, separando os resíduos por si originados ou pelos seus clientes, procedendo ainda, à correta deposição desses resíduos nos pontos de receção adequados, sob pena de ver declarada revogada a suspensão do pagamento da taxa em causa. Mais foi deliberado, submeter à aprovação da Assembleia Municipal a suspensão das taxas, a pagar pelos feirantes, que participem nessas feiras, pelo período de 2 (dois) anos, e, com essas mesmas condicionantes, de acordo com a alínea ccc) do artigo 33.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação". -----

Para enquadramento do assunto, tomou a palavra a Presidente da Câmara Municipal dizendo que esta proposta prende-se com o decréscimo significativo da participação dos feirantes nas feiras de Sabrosa e de São Martinho de Anta, fruto também do fraco negócio que os próprios têm registado. Tendo em conta que o montante por eles pago tem pouco impacto nos resultados da Autarquia, mas que para os negociantes, pode fazer muita diferença, foi tomada tal decisão. Esta proposta é uma forma de incentivar a participação dos feirantes e a proposta de suspensão das taxas por dois anos, será para se poder avaliar a eficácia desta medida. -----

Colocado o assunto a discussão solicitou a sua inscrição o Deputado Luís Almeida, questionando qual o valor da taxa paga pelos feirantes, tendo a Presidente da Câmara Municipal respondido que a taxa corresponde ao valor de 5,00€ (cinco euros). -----

Continuou o deputado Luís Almeida, manifestando o seu voto a favor, porém que não pode deixar de referir que esta medida isolada, por si só, não vai estimular a vinda de mais feirantes para as feiras municipais, pelo que propõe a implementação de estratégias que facilitem a participação das pessoas nessas feiras e que promovam o sucesso do negócio dos feirantes, o que inclui, por exemplo, oferecer apoio na divulgação das feiras ou ainda o incentivo à formação de redes de contacto entre feirantes ou a organização de eventos temáticos, nas feiras, para atrair mais público e gerar mais interesse. São alguns exemplos, entre outros, que, na sua opinião, mostram a falta deste Executivo em encontrar soluções com impacto para os problemas existentes, preferindo optar por medidas avulsas e simplistas que, na prática, deixam os problemas por resolver. -----

Tomou a palavra a Presidente da Câmara Municipal dizendo que em relação às datas das feiras, estas são do conhecimento de todos, dias 6 (seis) e 22 (vinte e dois) de cada mês em São Martinho de Anta e dias 1 (um) e 18 (dezoito) em Sabrosa e que se estas são medidas avulso ou não, são pelo menos medidas que estão a ser tomadas. -----

Deliberação: Aprovada por unanimidade, a ratificação do reconhecimento de Interesse Municipal das feiras de Sabrosa e de São Martinho de Anta, bem como da proposta de suspensão do pagamento das taxas a pagar pelos feirantes, que nelas participem, pelo período de 2 (dois) anos, com os condicionalismos da mesma constante, ao abrigo do artigo 26.º do Regulamento n.º 562/2016, publicado no Diário da República n.º 108/2016, Série II, de

2016/06/06 – Regulamento de Liquidação de Taxas do Município de Sabrosa e de acordo com a alínea c), do artigo 25.º do Anexo I, da Lei n.º 75/2013, na sua atual redação. -----

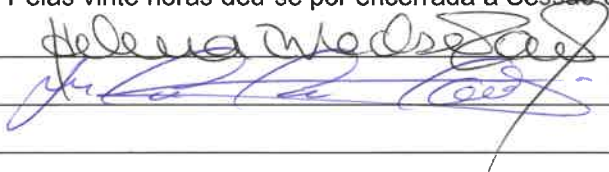
----- **Ponto três: Período de Intervenção do Público:** -----

Não houve qualquer inscrição para intervenção neste ponto da ordem de trabalhos. -----

Contudo, uma munícipe, D. Virgínia Cuevas, manifestou interesse em intervir, mas como não havia procedido à sua inscrição, no início da presente sessão, e por forma a cumprir o Regimento, a Presidente da Mesa não permitiu a sua intervenção, tendo, no entanto, esclarecido e informado a mesma de que ficará anotado o seu pedido de intervenção para a próxima sessão ordinária desta Assembleia Municipal, que se realizará no mês de setembro. -----

- **Todas as deliberações foram aprovadas em minuta, nos termos do n.º 3, do artigo 57.º, do Anexo I, da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro e da Deliberação desta Assembleia Municipal tomada na Sessão Ordinária de 29 de abril de 2022.** -----

----- Pelas vinte horas deu-se por encerrada a Sessão da qual se lavrou a presente ata. -----

The image shows two handwritten signatures in blue ink on a background of horizontal lines. The top signature is more complex and cursive, while the bottom signature is simpler and more legible. Both appear to be official signatures.